



EDITORIAL

Com satisfação anunciamos a edição de número 74, da *Revista Histedbr on-line*, assim, encerramos as publicações de 2017 abordando temáticas variadas da área da educação, com destaque mais uma vez aos cem anos da Revolução Russa, além de artigos que abordam diferentes períodos da história da educação, bem como com a presença de textos que discutem temas candentes da contemporaneidade, advindos da produção de pesquisadores de diferentes regiões e universidades do Brasil.

O ano de 2017 foi de grandes dificuldades para educação brasileira, houve a regulamentação de medidas que atacam brutalmente as possibilidades da educação pública, gratuita e laica no país, bandeira defendida há décadas pelos educadores progressistas e jamais integralmente alcançada. Desde o início e ao final do ano ocorreram medidas emblemáticas da situação dramática em que se encontra a educação brasileira e do tamanho dos desafios que se colocarão adiante. Em fevereiro, houve a promulgação da Lei n. 13.415, que trouxe as diretrizes para a reforma do ensino médio, com o ilusionismo do aumento progressivo de horas obrigatórias nesta fase do ensino, esconde o esvaziamento de conteúdos reduzidos em grande medida às áreas de português e matemática, escancarando as portas da escola pública para toda ordem de arbitrariedades como a possibilidade de cumprimento de carga didática por meio de cursos à distância, experiências de trabalho fora do ambiente escolar, atingindo também os docentes, especialmente os da educação técnica e profissional, que poderão ministrar aulas desde que atestem seu notório saber. Em novembro, o governo concluiu a quarta versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento responsável por definir conteúdos e habilidades a serem desenvolvidas na educação infantil e no ensino fundamental das escolas públicas e privadas do país. Esta versão da BNCC foi aprovada no Conselho Nacional de Educação e representou uma vitória da coalisão de interesses empresariais, do mercado editorial e de movimentos religiosos, apresentando retrocessos vigorosos com relação às versões anteriores, com enorme destaque ao ensino religioso que estará nas escolas como área de conhecimento ou como componente curricular dentro da área de humanas, definição que será efetuada por comissão específica, mas, que representa gravíssima violação do Estado laico em qualquer destas possibilidades.

Diante deste quadro de amplas dificuldades, permanece nosso compromisso em nos engajarmos na construção de espaços de pensamento e transformação. Na inspiração que George Orwell no traz em *1984*, se quem controla o passado, controla o futuro, bem como quem controla o presente, quer controlar o passado, adquire enorme relevância nos colocarmos na defesa da produção e difusão de conhecimentos científicos que esclareçam



sobre a nossa história, matéria que é alvo de profundos embates políticos. Desse modo, abrimos esta edição com o artigo de Paulino José Orso “Um centenário da Revolução Russa (1917 – 2017) e a burguesia revela seu lado perverso”, que traz uma análise do significado da Revolução Russa, das tensões em que a União Soviética estava imersa segundo os ataques desferidos contra ela. O artigo ressalta a importância e atualidade da Revolução, diante dos riscos à humanidade e à natureza, perpetrados pela ordem burguesa.

Os sete artigos seguintes abordam a história da educação em distintas temporalidades e abordagens. Maria Almeida, Ana Palmira Casimiro e Camila Silveira escrevem “O catecismo das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”. Segundo uma metodologia que associou a revisão bibliográfica dos clássicos sobre os conteúdos em pauta à análise documental, a pesquisa analisa o modelo de catecismo das *Constituições Primeiras* observando sua estrutura, funcionamento, forma, conteúdo e finalidade. Entre as conclusões do estudo se evidenciou que ao criar uma forma de doutrina cristã direcionada aos habitantes da colônia, como uma breve instrução dos mistérios da fé direcionada aos negros escravos, a Igreja conciliou interesses cristãos e políticos. Logo, as Constituições Primeiras expressam um documento ideologicamente elaborado.

O artigo de André Paulo Castanha “Os métodos de ensino no Brasil do século XIX” trata da temática anunciada no título a partir de uma abordagem histórica, articulando os métodos à prática pedagógica e à difusão da escola pública. O estudo compara as ações desencadeadas na Corte e nas províncias do RJ, MT e PR tendo por bases as fontes de época, tais como a legislação, relatórios e escritos de pensadores do século XIX.

Luana Aparecida Moraes e Beatriz Gomes Nadal escrevem “Educação anarquista: contribuições para a escola e uma educação autêntica” e apresentam as contribuições da filosofia política do anarquismo para a educação e a escola. Com foco em duas experiências de educação anarquistas do início do século XX: da Escola Moderna de Barcelona (Espanha, 1901-1906) e da Comunidade-Escola La Ruche (França, 1904-1917).

Maria Isabel Nascimento e Claudia Zanlonrenzi apresentam o artigo “A revista “A Escola” e o primeiro congresso de professores públicos do Paraná (1910): o princípio liberal de universalidade” e discutem a forte presença do princípio liberal da universalidade nas teses do I Congresso de Professores Públicos do Paraná, organizado pelos articulistas da revista.

Fabio Kruk escreve “Educação de imigrantes poloneses e a atuação das irmãs da caridade em Irati-Paraná (1930 – 1938). O artigo trata do empenho das comunidades polonesas em investir recursos próprios para educar seus filhos e realizar a transmissão dos valores culturais e religiosos aos descendentes. Atuaram neste trabalho algumas congregações religiosas, entre elas, as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo da Província Polonesa.



Carla Camargo e Rita Oliveira escrevem “ A reconstrução histórica do colégio colônia holandesa: uma instituição educacional da imigração holandesa em Arapoti-PR”. A partir da história oral e da análise de fontes documentais, analisam a constituição do Colégio Colônia Holandesa, com a chegada de imigrantes no início de 1960. Tratou-se de identificar a organização e a concepção de educação da escola e suas relações com a política liberal.

Neide Matos e Sonia Barroco apresentam “A política de educação especial no Paraná: marcos históricos da sua constituição”. Tendo por base os debates sobre a pessoa com deficiência decorrentes da LDBEN n. 4024/1961, o texto recupera a historicidade da educação especial como política estadual, lançando mão de entrevistas e análise documental.

Os textos seguintes tratam dos debates educacionais contemporâneos, em “Crítica ao ideário neoliberal na educação: precarização e descaracterização da escola pública paulista”, José Luis Derisso e Rita de Cássia Duarte discutem um projeto de reformas do Estado e da educação brasileira desencadeadas a partir da década de 1990, realizando uma problematização à luz da Pedagogia Histórico-crítica. Já no texto “Concepções de polivalência e professor polivalente: uma análise histórico-legal”, Shirleide Cruz, Nathália Ramos e Kátia Silva tratam as noções de polivalência e professor polivalente como associadas a um sentido generalista e superficial relativo a uma visão economicista de “custo-benefício”, sob justificativa de se suprimir o déficit de professores. A análise tem por base os documentos oficiais educacionais, desde 1970 até as reformas após 1990. E André Luiz Sena Mariano trata da centralidade dos métodos de ensino para a formação e profissionalização docente no artigo “Os métodos de ensino, currículo e a profissionalização docente: quais relações?” A discussão é realizada com a referência central do materialismo cultural de Raymond Williams.

Álvaro Ribeiro e Sônia Siquelli em “ Práticas do ensino de história medieval: conhecendo as mentalidades” estudam a forma como os professores da rede pública e privada do ensino fundamental de história, na cidade de Pouso Alegre, percebem e incorporam as características do ideário neoliberal de educação, indagando sobre suas práticas de ensino relacionadas à idade Média.

Glenda Oliveira e João dos Santos, discutem sobre o campo da memória, enquanto fenômeno social, para analisar a instituição de memórias oficiais que justificaram a prática do trabalho infantil e priorizaram o trabalho em detrimento da escola.

O último artigo da edição número 74 apresenta uma discussão teórica a respeito da concepção de educação e emancipação em Karl Marx e Theodor Adorno. São utilizados como fonte os escritos desses autores, o objetivo consistiu em evidenciar as divergências e similaridades conceituais existentes entre esses dois pensadores.



Esta edição traz ainda duas resenhas de grande pertinência para os embates políticos vivenciados pela sociedade brasileira. O ano de 2017 foi marcado por importantes retrocessos na educação brasileira, tal como ressaltamos no início deste editorial. Em várias câmaras municipais do país o Projeto Escola Sem Partido foi à votação, tornando mais urgente o debate público sobre as ameaças vividas pelas escolas públicas a respeito das possibilidades da ciência, dos conteúdos críticos e da liberdade do trabalho do professor. A resenha de Júlia Malanchen “Sobre a escola “sem” partido” aborda uma importante publicação da editora da UFRJ e da LPP, de 2017, que se inseriu nos embates e debates deste tema. O livro foi organizado por Gaudêncio Frigotto com o título “Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira” e trouxe vários textos que discutem o Projeto de Lei 867/2015, a partir das ameaças que atingem a função do professor, do currículo e da escola pública no Brasil na atualidade.

A outra resenha trata de um livro, também publicado em 2017, que trata da história da educação dos negros, tema de mais alta relevância para a discussão das profundas iniquidades da sociedade brasileira que promove anualmente o genocídio da população jovem negra da periferia das cidades. A resenha de Eliza Ribas Gracino tem como título “O paradoxo da escolarização do negro no século XIX: a necessidade de mão de obra qualificada versus os interesses da elite”, que discute o livro da pesquisadora Maria Isabel Moura Nascimento “O negro da senzala para escola: a educação nos congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco (1878), publicado pela Editora Atena.

Desse modo, convidamos os leitores a conhecerem os artigos desta edição, bem como indicamos que visitem o site da Revista onde é possível acessar as diretrizes para os autores que foram reformuladas no momento em que o sistema passa a receber novamente textos para avaliação e publicação.

Cabe ainda destacar que com a publicação deste número 74 a Revista volta a sua periodicidade regular. Neste mesmo empenho, a fim de conferir maior dinamismo à divulgação dos artigos aprovados, foi adotado a partir de dezembro de 2017 a modalidade avançada de publicação de artigos, o *ahead of print*, que possibilita a divulgação dos artigos no site da Revista antes que os números fiquem prontos.

Por fim, agradecemos a colaboração dos professores dos GTs HISTEDBR da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) na organização deste número da Revista.

Boa leitura!